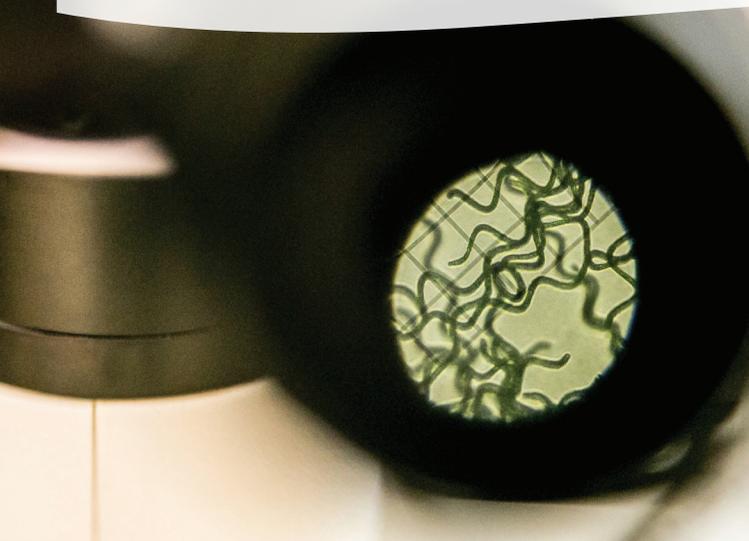


# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 710  
23 a 29 de outubro de 2015



## QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO

NOVAS ENTREGAS DO SENAI AUMENTAM A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA FLUMINENSE



Sistema FIRJAN | [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## MUDANÇAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

O inspetor de Substituição Tributária da Secretaria de Fazenda do estado do Rio, Allan Peterlongo, foi convidado pelo Sistema FIRJAN para esclarecer as principais mudanças no regime da Substituição Tributária (ST) do ICMS e tirar dúvidas quanto a esse complexo regime tributário.

Peterlongo ressaltou que a mais significativa alteração será a limitação das mercadorias sujeitas à ST a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme Convênio ICMS 92/2015. Está aberto até 6 de novembro o prazo para eventuais contestações da lista de mercadorias que poderão ficar sujeitas à ST. “Por enquanto, os segmentos que saem desse

regime são os de brinquedos, colchoaria, pilhas e baterias, instrumentos musicais, material fonográfico, além de madeiras e compensados para a construção civil”, disse.

A restrição teve origem na Lei Complementar 147/2014, fruto do trabalho de diversas entidades representativas, inclusive da FIRJAN. Essa lei trouxe a previsão da limitação da substituição tributária para empresas do Simples Nacional a partir de 2016, e os estados, como não conseguiram isso, editaram o Convênio 92/2015 elencando os itens sujeitos ao regime para as corporações de todos os portes. O evento aconteceu em 2 de outubro, na sede da Federação.

## EDITAIS OFERECEM OPORTUNIDADES PARA INOVAÇÃO

As empresas fluminenses que buscam recursos para inovação dispõem de duas oportunidades de financiamento até o fim do ano. O Edital SENAI SESI de Inovação oferece um total de R\$ 40 milhões para o desenvolvimento de projetos inovadores. As empresas interessadas podem obter até R\$ 400 mil para a composição de novos produtos ou serviços nas categorias Inovação Tecnológica, Soluções de Saúde e Segurança no Trabalho e Startups Inovadoras. As inscrições estão abertas até 7 de dezembro. Já o Edital ADT1, da Fundação Carlos Chagas Filho de

Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), apoia projetos de Inovações Tecnológicas em Produtos e Processos (TPP). A inscrição termina em 26 de novembro.

Para divulgar e capacitar as indústrias para concorrer nesses e em outros editais, a Federação promoveu, de julho a setembro, o Roadshow FIRJAN de Inovação. O projeto, que reúne empresários e os principais atores regionais de fomento à inovação, percorreu sete Representações Regionais FIRJAN/CIRJ, atendendo a 165 empresas.

## SENAI CERTIFICA PROFISSIONAIS DO ESTALEIRO BRASA

O Sistema FIRJAN, por meio do SENAI, realizou evento no Estaleiro Brasa para entrega de certificados a sete colaboradores do estaleiro que participaram do projeto de Certificação Profissional. Desde maio, 25 pessoas passaram por orientação e avaliação na Competência Ex001, que trata da aplicação dos princípios básicos de proteção em atmosferas explosivas.

A atmosfera é considerada explosiva quando há mistura do ar com substâncias inflamáveis, em que uma faísca proveniente de circuito elétrico

ou produzida pelo aquecimento de um equipamento pode provocar uma explosão. A preocupação com a segurança nesses ambientes é crescente nas áreas industriais sujeitas a esse tipo de acidente.

Pela avaliação, o SENAI verificou os colaboradores que possuíam as competências necessárias para aplicar os princípios de segurança necessários. Os outros funcionários receberam orientação e passarão por nova avaliação. O evento foi realizado em Niterói, em 16 de outubro.



Maurício Ogawa, gerente do IST Solda, no Estaleiro Brasa, em Niterói

Fabiano Veneza

O Brasil deve buscar alternativas para ampliar as exportações e sua participação no comércio exterior. Nesse contexto, o Tratado Transpacífico (TTP), acordo comercial fechado em outubro entre Estados Unidos, Japão e outros dez países, cria desvantagens para o Brasil no mercado global. A avaliação é de **Vera Thorstensen**, presidente do Conselho Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC). Ela participou de reunião do Conselho Empresarial de Relações Internacionais do Sistema FIRJAN.



Divulgação

## DESAFIOS PARA O **COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**

**CARTA DA INDÚSTRIA** – Qual a atual posição do Brasil no comércio internacional?

**VERA THORSTENSEN** – O Brasil está encolhendo as exportações, enfrenta hoje um momento difícil na área do comércio internacional, perdendo competitividade. Está isolado dos três grandes desafios do comércio internacional. Primeiro, o país não faz acordos regionais e não faz parte das cadeias globais de valor. Quer dizer, não importa para exportar. E não faz parte da OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico), está fora dos mega-acordos. Hoje, o que o Brasil exporta é quase exclusivamente *commodities* para a China. Industrializados, só para o Mercosul e porque tem a preferência.

**CI** – Em sua avaliação, o Brasil ainda está na fase “OMC 1.0”. O que falta para o país entrar na fase “OMC 2.0”, aderindo ao debate sobre os novos paradigmas adotados nos acordos preferenciais?

**VT** – O país colocou toda a sua ficha na Organização Mundial do Comércio (OMC), que está só discutindo as regras do comércio tradicional: de tarifa, de câmbio etc. O que está acontecendo com as cadeias globais de valor é que elas estão discutindo os temas que se encontram fora da OMC, como as barreiras técnicas e temas de regulação, concorrência etc.

**CI** – Quais as parcerias preferenciais que o país deve buscar no momento?

**VT** – O Brasil sempre optou por Mercosul e África. Só que esses mercados não dão o dinamismo necessário, não são onde estão acontecendo as tendências do comércio mundial. Tem que fazer acordo com países ricos para participar das cadeias globais. Não adianta ficar buscando acordo com a América do Sul.

**CI** – Qual impacto da aprovação do Tratado Transpacífico (TTP) para o comércio exterior brasileiro? Que setores serão mais impactados?

**VT** – Os impactos serão significativamente negativos, não só em termos de PIB como em termos de fluxo de comércio. O acordo pode encolher as exportações brasileiras em até 2,7%. As vendas do Brasil para o exterior serão afetadas porque os produtos vendidos entre os países envolvidos no tratado ficarão comparativamente mais baratos. Os efeitos do TTP deverão ser sentidos tanto no agronegócio quanto na indústria. Um dos setores mais prejudicados pelo acordo seriam produtos e preparados de carne, com queda de 5,1% do PIB setorial. No caso dos manufaturados, setores como máquinas e equipamentos e produtos automotivos também devem sofrer desaceleração nas vendas externas.

## FIRJAN DISCUTE PERSPECTIVAS PARA OS SETORES DE ENERGIA E INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA LATINA

O Sistema FIRJAN participou da 26ª Assembleia Plenária do Conselho Empresarial da América Latina (CEAL). No fórum Energia e Infraestrutura, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação, apresentou caminhos que podem impulsionar o desenvolvimento dos setores na América Latina. "No Brasil, o custo da energia aumentou exponencialmente nos últimos anos, impactando a competitividade das nossas indústrias. A integração energética com os países latino-americanos pode ajudar a trazer soluções para esse problema", afirmou.

Segundo Gouvêa Vieira, essa sinergia pode ser otimizada por meio de uma estratégia que contemple três ações: a criação de um marco regulatório adequado, o planejamento conjunto em projetos de infraestrutura e a integração das diversas fontes de energia disponíveis. "Esse tripé irá resultar em custos mais competitivos e maior eficiência econômica e operacional, com menores impactos sociais e ambientais para os países parceiros", disse. Ele citou a Usina Hidrelétrica de Itaipu como um exemplo emblemático de projeto de integração bem-sucedido.

O presidente do Sistema FIRJAN ressaltou ainda as características da América do Sul que podem potencializar sua relevância no cenário global. "O desenvolvimento da infraestrutura dos nossos países é a única forma de acelerar a economia. Temos um povo criativo e somos competentes dentro das usinas", disse.



Antonio Batalha

*Gouvêa Vieira: caminhos para impulsionar o desenvolvimento da América Latina*

Moderador do painel, Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da FIRJAN, destacou que é preciso aproveitar o que cada país tem de mais avançado. "Se existe esse desejo de cooperação, ele tem que ser trabalhado dentro das competências de cada país participante. A relação entre os Estados se torna cada vez mais importante", observou Bittencourt, que é um dos fundadores do CEAL.

Na mesa, formada por empresários do Brasil, do México e do Paraguai, debateu-se ainda a importância da harmonização dos marcos regulatórios para a energia e os problemas causados em virtude de excessos na política de soberania nacional. Roberto Gianneti, presidente da CEAL no Brasil, avaliou que o fórum resultou em contribuições importantes para os temas discutidos: "A ideia é trabalharmos as reflexões para dar andamento nas políticas. As

colocações aqui expostas serão aproveitadas".

### EXPORTAÇÕES

O evento contou ainda com a participação de Armando Monteiro, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que anunciou aumento do superávit da balança comercial para US\$ 30 bilhões em 2016. Ele afirmou também ser favorável a uma aproximação maior do Brasil com os Estados Unidos. "Exportamos mais de US\$ 20 bilhões para o mercado norte-americano e estamos removendo barreiras não tarifárias", disse Monteiro, que palestrou no painel Investimentos.

Com o tema "América Latina Sem Fronteiras", o CEAL reuniu líderes empresariais, membros do governo e representantes de organizações internacionais para debater temas prioritários para a região. O evento aconteceu em 15 e 16 de outubro, no Windsor Atlântica.

## SEMINÁRIO ANALISA IMPACTOS DA CRISE NAS EMPRESAS, PRODUTIVIDADE E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com o objetivo de fortalecer a produtividade das empresas e minimizar os impactos da desaceleração econômica do país nos processos corporativos, o Sistema FIRJAN promoveu o seminário "Os Desafios da Gestão de RH em um Cenário de Crise". Alexandre dos Reis, diretor executivo de Operações da FIRJAN, ressaltou a capacitação dos colaboradores como um dos principais fatores a serem trabalhados pelas empresas na conjuntura atual. "O RH precisa ter políticas de inovação bem ajustadas e canais para inovar. O setor deve investir também em treinamento e desenvolvimento para superar esse momento", defendeu.

Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN, destacou os impactos da economia nas indústrias do estado do Rio e seus reflexos no ambiente organizacional. Na apresentação que abordou o papel da Gestão de Mudanças nas empresas, Vicente Gonçalves, CEO do Human Change Management Institute, falou sobre a importância do conceito para as organizações e como aplicá-lo para obter diferenciais competitivos.

Segundo Gonçalves, no momento atual, investir em pessoas pode determinar o sucesso de uma empresa: "A

crise oferece oportunidades. É algo que afeta a todos. O componente humano pode fazer a organização não só sobreviver, mas crescer nesse cenário".

Houve ainda apresentação de casos de sucesso na formulação de estratégias e políticas para a gestão de pessoas, com exemplos da FIRJAN e da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ), e uma mesa-redonda para debate com o público. O seminário aconteceu em 15 e 16 outubro, no SESI Cinelândia e no SESI Vicente de Carvalho, respectivamente. Há, ainda, mais uma edição programada para 12 de novembro, no SESI Macaé.

# FAÇA PARTE DA AÇÃO EM DEFESA DO SESI E DO SENAI.

O governo anunciou que pretende se apropriar de 30% dos recursos do SESI e do SENAI. Além de inconstitucional, mexer no SESI e no SENAI é mexer com a educação, com a cultura, com o direito dos trabalhadores da indústria, com o desenvolvimento do Rio e do país. É mexer com todo mundo.

ACESSE E PARTICIPE DO ABAIXO-ASSINADO.  
[www.firjan.com.br/defesasesisenai](http://www.firjan.com.br/defesasesisenai)

**MEXEU COM  
SESI E SENAI  
MEXEU COM VOCÊ,  
MEXEU COMIGO,  
MEXEU COM  
TODO MUNDO.**



Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## NOVAS ENTREGAS DO SENAI FORTALECEM COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA COM INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO E À INOVAÇÃO

O Sistema FIRJAN inaugurou em outubro duas unidades: o Instituto SENAI de Inovação (ISI) em Química Verde e o novo SENAI Três Rios; e dois Laboratórios BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da Informação da Construção) para o setor da Construção Civil, sendo um fixo, na Cinelândia, e outro móvel, para percorrer todo o estado.

“O SENAI transforma vidas e contribui para o aumento da competitividade do Brasil. Quando o governo federal fala em tirar parte da contribuição que financia o Sesi e SENAI, demonstra uma falta de entendimento sobre o que fazemos”, defendeu Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema FIRJAN.

### BIM: AVANÇO TECNOLÓGICO

Já a entrega do Laboratório BIM resulta do estudo Construção Civil – Desafios 2020, que está reposicionando a atuação da Federação em relação ao setor. O estudo identificou a demanda dos empresários pela difusão da plataforma em todo o estado, como parte das ações para acompanhar as tendências tecnológicas do mercado.

Com equipamentos de ponta, as duas unidades – fixa e móvel – capacitarão os profissionais da área para que todas as etapas de construção de um empreendimento sejam concebidas por meio dessa ferramenta, proporcionando maior racionalidade ao projeto.

“A tecnologia BIM permite ganho de produtividade e competitividade. Como forma de incentivo, além da infraestrutura no estado da arte, temos parceria com a empresa Autodesk, uma das desenvolvedoras



Antonio Batalha

Alunos do novo SENAI Três Rios: oferta de 60 cursos em diversos segmentos industriais

**“O Brasil voltará a crescer, e nossa região precisa ter profissionais capacitados”**

**Alceir Corrêa**  
Presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro-Sul Fluminense

dos softwares, e um preço competitivo para os cursos”, detalhou Roberto da Cunha, especialista de Relacionamento Setorial do Sistema FIRJAN.

Para Roberto Kauffmann, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), o BIM é um avanço notável para o setor: “Facilitará bastante a elaboração dos projetos e as análises para aprovação dos órgãos públicos”. O público-alvo dos laboratórios são as empresas de construção, incorporadoras, escritórios de engenharia e arquitetura, fabricantes

de produtos para a construção civil, além de profissionais liberais como arquitetos, engenheiros, designers de interiores, técnicos de edificações e estudantes do setor. Até setembro de 2016, a unidade móvel percorrerá as várias regiões do estado do Rio, priorizando as demandas dos sindicatos.

### QUALIFICAÇÃO NO CENTRO-SUL

Voltado para os municípios do Centro-Sul do estado, o SENAI Três Rios triplicou a capacidade da escola, podendo atender até quatro mil alunos por ano. Com isso, tornou-se a maior escola de formação profissional da região, cujo PIB industrial quase quadruplicou entre 2007 e 2012, passando de R\$ 377 milhões para R\$ 1,27 bilhão.

Para atender a essa demanda crescente, a unidade possui seis mil metros quadrados, divididos em salas de aula, seis laboratórios e biblioteca. Construído para reproduzir um ambiente industrial, o novo SENAI oferece 60 cursos nos segmentos de Mecânica, Elétrica, Alimentos, Construção Civil, Metalurgia, Segurança,

Gestão, Automação, Logística e Tecnologia da Informação. Para 2016, estão previstos novos títulos nas áreas de Plástico, Metal-mecânica, Metalurgia, Eletricidade e Automação.

Alceir Corrêa, presidente da Representação Regional FIRJAN/

CIRJ no Centro-Sul Fluminense, observou ainda que a entrega da unidade, em 2 de outubro, foi fundamental para as empresas da região se manterem competitivas. "O Brasil voltará a crescer, e nossa região precisa ter profissionais capacitados", complementou Corrêa, que também preside o Sindicato da Indústria de

Alimentação e Panificação de Três Rios e Região (Sindal-TR). Mario Luiz de Mello Correia, diretor executivo do Grupo Mil, é outro entusiasta da iniciativa: "A implantação da nova unidade melhora a qualidade na formação dos jovens, abrindo vantagens significativas para nossas empresas".

## RIO GANHA INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO EM QUÍMICA VERDE

O estado do Rio passa a contar com seu primeiro Instituto SENAI de Inovação (ISI), especializado em Química Verde e com atuação nacional. A unidade faz parte da rede de ISIs que está sendo formada no Brasil e contará com 26 institutos espalhados por todas as regiões do país. O SENAI abrigará também o ISI de Sistemas Virtuais de Produção, que ainda está em fase de estruturação.

Carlos Coelho, gerente de Inovação Estratégica do Sistema FIRJAN, explica que a rede complementa as competências dos Institutos SENAI de Tecnologia (IST), nova nomenclatura adotada nacionalmente para os Centros de Tecnologia SENAI (CTS). "O objetivo é promover o crescimento sustentável da indústria brasileira, permitindo respostas mais rápidas, no que diz respeito às suas necessidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D)", explicou Coelho. A rede é um projeto nacional em colaboração com a CNI e as demais federações de indústria.

Instalado no mesmo prédio do IST Ambiental, o ISI tem a pesquisa aplicada como foco e integra a

rede global de centros de química verde no mundo, que no Brasil tem como integrantes os centros universitários de química verde. Segundo Paulo Furio, gerente do novo instituto, a unidade está voltada para todos os setores industriais que fazem uso intensivo de produtos químicos em seus processos: "Isso significa cerca de 90% das empresas".

O ISI atenderá a 12 princípios da química verde, como a prevenção de geração de resíduos, redução da utilização de compostos tóxicos nos produtos e intensificação do uso de matérias-primas renováveis e de programas de energia eficientes. Os setores prioritários são: óleo, gás e petroquímico; alimentos e bebidas; biocombustíveis; químico; farmacêutico; e construção civil.

Já as principais linhas de pesquisa serão voltadas para química analítica verde, economia circular e análise do ciclo de vida, remediação ambiental e energias renováveis. Outro diferencial do espaço, inaugurado em 21 de outubro, é poder desenvolver projetos com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais.

Isaac Plachta, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Siquirj), acompanha há anos as iniciativas de fomento à química verde no Brasil e vê no ISI o apoio que faltava, por conta da força da FIRJAN. "Com essa estrutura, agora a química verde parece que vai acontecer. Isso é muito bom para o Brasil, pois somos o país que mais tem possibilidade de fornecer matérias-primas para o setor de química verde, em substituição aos produtos convencionais", frisou ele, que também é presidente do Conselho Empresarial de Meio Ambiente da Federação e do Conselho Regional de Química.

Fabiano Veneza



Laboratório do ISI Química Verde: atuação nacional

## FIRJAN ASSINA DOCUMENTO COM PROPOSTAS PARA DESENVOLVER A CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS

A Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), com o Sistema FIRJAN e outras 21 entidades, apresentou uma Agenda Mínima para o Setor de Petróleo e Gás Brasileiro. O documento, que contém propostas consensuais de toda a cadeia fornecedora do petróleo para o fortalecimento da indústria nacional, foi entregue a Eduardo Braga, ministro de Minas e Energia. O presidente da Federação e do Conselho Deliberativo da Onip, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, ressaltou a importância do setor, mais independente da economia interna, para a retomada do crescimento do país.

“Com o petróleo, temos um enorme potencial para a exportação. Isso evidentemente carrega uma gigantesca cadeia produtiva, já instalada no país. São empresas brasileiras e estrangeiras que apostaram e continuam apostando no setor e que trouxeram tecnologia e centros de pesquisa. A Agenda Mínima é uma oportunidade e um caminho para sair dessa pasmeira de investimentos, principalmente se criarmos uma janela para o exterior”, defendeu.

Entre as propostas da agenda estão a realização de leilões periódicos de novas áreas exploratórias, aperfeiçoamentos na política de conteúdo nacional e a revisão do modelo de partilha, com o fim da obrigação de operador único para a Petrobras. “Não faz sentido continuarmos com operador único. O mundo passou por mudanças, globalizou-se. É uma mentalidade



Representantes de diversas entidades participaram do lançamento da Agenda Mínima

Antonio Batalha

que não condiz mais com a nossa realidade”, afirmou Gouvêa Vieira.

Os outros pleitos incluem a simplificação dos procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental e a estruturação de uma política industrial específica para o setor, que passa por incentivos à engenharia nacional e o fomento à inovação.

Eloi Fernández y Fernández, diretor geral da Onip, destacou que os caminhos apontados no documento são fundamentais para incrementar a competitividade da indústria petrolífera brasileira. “Nossa obrigação é perseguir melhorias para o ambiente de negócios do setor de petróleo e gás. O Brasil tem capacidade industrial para atender da melhor forma a demanda de fornecedores, e o

documento foi elaborado para que isso seja feito”, disse.

Jorge Camargo, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), frisou que a agenda se refere a ajustes pontuais. “Não são propostas complexas, são aperfeiçoamentos em um modelo que vem dando certo. Nossa expectativa é que sejam analisadas com mais atenção ainda e senso de urgência”, declarou.

“O nosso parque de óleo e gás é ímpar. Não podemos deixar essa capacidade ser perdida. O que sugerimos são algumas modificações pensando numa política industrial de médio e longo prazos”, completou Paulo Martins, diretor-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro). O evento aconteceu em 6 de outubro, na sede da FIRJAN.

## DIRETOR DA ANEEL DEBATE COM EMPRESÁRIOS QUALIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Conselho Empresarial de Energia Elétrica do Sistema FIRJAN recebeu Romeu Rufino, diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para debater as perspectivas futuras de tarifa e qualidade de fornecimento para o setor. Rufino destacou que, para 2016, o cenário é de variações tarifárias dentro da normalidade. “Para o próximo ano não esperamos elevações nas proporções que registramos em 2015. Até porque ninguém aguenta”, afirmou.

Entre os fatores que permitem uma previsão mais otimista está a possibilidade de desligamento de algumas térmicas. A redução de passivos repassados aos consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) também é analisada. A CDE reúne os encargos setoriais destinados ao desenvolvimento energético. “O orçamento para cotas de subsídios tende a ser menor em 2016”, disse Rufino, frisando que só neste ano essas despesas foram de R\$ 25 bilhões.

De acordo com o diretor da Aneel, os principais elementos que hoje pressionam as tarifas são os tributos, responsáveis por 29,5% do preço final, e o custo da energia elétrica. “Precisamos rediscutir os encargos e subsídios, que chegaram a um patamar insustentável”, alertou.

Rufino explicou que a escalada nos custos vem de um problema hídrico iniciado em 2013: “A partir de 2013 as térmicas ficaram ligadas praticamente o tempo todo. Ao acioná-las a energia fica mais cara. E muito do problema do déficit na geração das hidrelétricas que vemos agora tem a ver com isso”.



Vinicius Magalhães

Silas Rondeau, Mauro Viegas Filho, Sergio Malta, Romeu Rufino e José Machado, na reunião

**“Precisamos rediscutir os encargos e subsídios, que chegaram a um patamar insustentável”**

**Romeu Rufino**  
Diretor geral da Aneel

Segundo Moisés Machado, superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel, uma das estratégias utilizadas na supervisão das concessionárias é o acompanhamento diferenciado com as que mais têm reclamações. “A essas empresas exigimos que façam um plano de melhorias para recuperar o serviço, que incluem reuniões trimestrais com a Aneel”, explicou.

Já Rufino reconheceu que a evolução no serviço prestado passa por uma reavaliação mais profunda: “Nós temos que contratar melhor. O empreendedor tem

que ter clareza das condições na hora da contratação. O ideal é que consigamos evitar problemas e já nos próximos leilões fazemos um processo diferente”.

### PRIORIDADES CONSENSUAIS

Sergio Malta, presidente do Conselho, ressaltou que a reunião cumpriu o papel de estreitar o diálogo do setor privado com o órgão regulador. “Foi um encontro útil para nós e também a para a agência, que pôde conhecer melhor as demandas da indústria fluminense”, analisou. Para Mauro Viegas Filho, presidente do Conselho de Infraestrutura da FIRJAN, o posicionamento da Aneel demonstrou que há um consenso em relação às mudanças necessárias para a energia elétrica. “Parece que todos já percebemos que é preciso melhorar as condições tanto para o consumidor quanto para os concessionários. É um desafio que temos pela frente”, avaliou Viegas Filho, que também é presidente da Concremat. A reunião aconteceu em 15 de outubro, na sede da Federação.

## EMPRESÁRIOS DO SETOR AUTOMOTIVO PARTICIPAM DE RODADA PÓS-MISSÃO À ITÁLIA

Empresários do setor de reparação automotiva da Baixada Fluminense reuniram-se em Nova Iguaçu para aperfeiçoar seus conhecimentos durante a Rodada Pós-Missão à Itália. O evento foi promovido pelo Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Rio de Janeiro (Sindirepa-RJ), em parceria com o Movimento Sindical FIRJAN e com a Representação Regional FIRJAN/CIRJ Baixada Fluminense Área I. Foram apresentadas as novidades tecnológicas e inovações de produtos para o setor e três modelos de gestão vistos na missão à Itália, ocorrida em maio.

Na apresentação, José Vicente Machado, técnico do SENAI, mostrou aos empresários como atua a oficina Augusta, que atende veículos Fiat e é autorizada da Ferrari, Lamborghini, Maserati e Citroën. "A Itália carece de uma instituição de educação similar ao SENAI, com foco na formação de profissionais para o setor automotivo. Lá, o aperfeiçoamento do profissional

depende exclusivamente dos cursos ofertados pelas montadoras e pelos fabricantes de autopeças".

Erni Cerqueira e Thiago Cerqueira, proprietários da E. Coelho Cerqueira Oficina Mecânica, em Itaguaí, saíram mais confiantes da Rodada Pós-Missão à Itália. "Tivemos acesso a ricas informações. Estamos apostando tudo na gestão, e essa assessoria será de extrema importância", concluiu Erni Cerqueira.

Celso Mattos, presidente do Sindirepa-RJ, disse que a missão cumpre o papel de atualizar os empresários do setor. "Essa parceria com o Sistema FIRJAN é fundamental, porque apresenta aos empresários os novos modelos de negócio e de tecnologias para as oficinas".

A rodada Pós-Missão à Itália do Sindirepa-RJ também foi realizada, em outubro, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Teresópolis e Volta Redonda.



O trabalho de formação profissional para o mercado automotivo é uma das vantagens do Brasil em relação à Itália, que carece de uma educação similar à do SENAI

## CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani  
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Silvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

## PROGRAMA PAIS MODERNIZA SEDE DE SINDICATOS DO LESTE FLUMINENSE E DE TRÊS RIOS

Modernização do espaço físico e investimento em equipamentos de tecnologia e comunicação são duas propostas do Programa de Apoio à Infraestrutura Sindical (PAIS), criado pelo Sistema FIRJAN. O objetivo é promover aprimoramento da estrutura para melhorar o atendimento e a produtividade de sindicatos ligados à Federação.

Em outubro, foram beneficiados pela iniciativa um sindicato da região Centro Sul e cinco do Leste Fluminense. São eles: Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Três Rios, Paraíba do Sul, Areal, Comendador Levy Gasparian e Sapucaia (Sindicon-TR), Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Rio de Janeiro (Sigrarj), Sindicato da Indústria de Alfaiataria e de Confecção de Roupas de Homem de Niterói (Sindiconf), Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro (Siperj), Sindicato das Indústrias da Construção, Engenharia Consultiva e do Mobiliário de Niterói a Cabo Frio (Sindicem) e Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Rio de Janeiro (Simmmerj).

Segundo o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, até o fim do ano, mais duas obras serão entregues, totalizando 20 sindicatos beneficiados em 2015. Nos últimos dois anos, foram 35 modernizações de infraestrutura. Gouvêa Vieira destacou os benefícios do PAIS. "Esses investimentos contribuem para uma melhor qualidade de serviços, atendimento aos associados e eficiência



Angela Cunha, gerente do Movimento Sindical, na entrega do PAIS no Leste Fluminense

**“Esses investimentos contribuem para uma melhor qualidade de serviços, atendimento aos associados e eficiência operacional”**

**Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira**  
Presidente do Sistema FIRJAN

operacional. A proposta é melhorar a representatividade das bases sindicais”, disse o presidente.

Em Niterói, Lucenil de Carvalho, presidente do Simmmerj, destacou que fazer as melhorias necessárias nas sedes dos sindicatos, com adequação dos mobiliários e a compra de equipamentos mais modernos de informática faz do PAIS um impulsionador do

associativismo sindical. “Esse programa possibilita que os sindicatos intensifiquem seu trabalho pelo desenvolvimento das empresas do estado do Rio”, afirmou Carvalho, que também é vice-presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense.

Na Região Centro-Sul, o empresário Waldir dos Santos Júnior, presidente do Sindicon-TR, também ressaltou que o apoio da Federação fortalece o movimento sindical. “É muito importante a preocupação da FIRJAN com os sindicatos. Com os sindicatos bem equipados e fortalecidos poderemos obter uma Federação das Indústrias forte”, definiu.

A entrega das obras para o sindicato de Três Rios e os do Leste Fluminense foram realizadas em 2 e 7 de outubro, respectivamente.

## SIRHA 2015: ESCOLA SENAI DE PANIFICAÇÃO PARTICIPA DO MAIOR EVENTO DE ALIMENTAÇÃO E HOTELARIA DO MUNDO

Referência mundial para os setores de gastronomia, hotelaria e alimentação em geral, o Sirha Rio 2015 reuniu 80 expositores nacionais e internacionais do setor no Centro de Convenções SulAmérica. O Sistema FIRJAN e a Escola SENAI de Panificação, em parceria com os sindicatos do segmento, montaram no evento uma padaria. No local, foram realizados minicursos. Os visitantes puderam conferir os diferentes tipos de pães comercializados nas confeitarias fluminenses, além do tradicional pão na chapa com café.

“Houve alta demanda por nossos minicursos, pelas novidades que estamos trazendo, porque o SENAI está acompanhando as tendências do mercado”, destacou Márcia Losso, especialista técnica da Gerência de Desenvolvimento Setorial do Sistema FIRJAN.

Um dos cursos foi ministrado por Lyndon Johnson, da Bunge Alimentos, que ensinou técnicas de apresentação de monoporções em confeitaria. “É a primeira vez que ocorre um evento desse porte aqui no Brasil. Isso é muito importante para incentivar a gastronomia carioca. A participação da FIRJAN aqui só reforça a indústria de alimentação”, ressaltou o chef.

Para Paulo Marques, diretor do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria da Região Sul do Estado do Rio de Janeiro (Sipacon), as padarias já são percebidas como locais de refeição. “Estão associadas à alimentação, seja por um sanduíche ou refeição rápida. E, mais do que isso, oferecemos serviços. Por isso, é importante apresentarmos



Fabiano Veneza

O SENAI montou uma padaria no evento e ofereceu diversos minicursos aos visitantes

### “É importante apresentarmos a força da indústria da panificação fluminense”

**Paulo Marques**  
Diretor do Sipacon e proprietário da Padaria Madrigal

a força da indústria de panificação fluminense”, ressaltou Marques, que é proprietário da Padaria Madrigal, em Volta Redonda.

#### HÁBITOS DE CONSUMO

Durante o evento, Cesar Bedran, gerente de Pesquisa e Estatística da Federação, apresentou a pesquisa Comportamento de Consumo nas padarias fluminenses. A pesquisa foi realizada com base na análise de três modelos de

negócios de padarias: tradicional, gourmet e boulangerie. Foram avaliados hábitos de compra, fatores determinantes na escolha da padaria, expectativas dos consumidores, aspectos sensoriais e design. Para a maioria das 951 pessoas ouvidas, o modelo ideal é o gourmet, que oferece mais opções de produtos de conveniência e desperta maior interesse nos potenciais clientes. É também a opção mais propícia para encontrar os amigos.

“A pesquisa é importante porque oferece uma percepção do consumidor e ajuda a definir o investimento, caso o empresário queira manter seu modelo de negócio ou migrar para outro”, explicou Bedran.

A FIRJAN levou ao evento caravanas de empresários do setor de todo o estado do Rio. O Sirha Rio 2015 foi realizado entre 14 e 16 de outubro.

# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 710  
23 a 29 de outubro de 2015

## É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE IPI NA SAÍDA DO PRODUTO IMPORTADO PARA REVENDA

De acordo com a legislação que rege o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ocorre o fato gerador do tributo tanto no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira como na saída do produto industrializado do estabelecimento produtor (ou equiparado). Assim, quando ocorre uma importação e posterior comercialização do bem, dois eram os entendimentos possíveis: era considerado como fato gerador da exação tanto a importação como a saída (venda) posterior, ou seja, haveria uma dupla incidência do tributo, ou era considerada apenas uma incidência tributária.

A questão chegou aos tribunais, e o Superior Tribunal de Justiça, recentemente, alterando uma posição que prevalecia desde 2014 na Primeira Seção, decidiu que os produtos importados estão sujeitos a uma nova incidência do IPI quando de sua saída do estabelecimento na operação de revenda.

A discussão se deu em análise de embargos de divergência, que pela primeira vez foram julgados sob o rito dos recursos repetitivos, firmando a tese para as demais instâncias da Justiça brasileira (tema 912).

O entendimento vai ao encontro dos interesses da Fazenda Nacional, e, por outro lado, das entidades ligadas à indústria nacional; por seu turno, as entidades representantes das

empresas importadoras defenderam que o imposto não deveria incidir no momento da revenda, pois o fato gerador do IPI seria apenas o desembaraço aduaneiro (importação).

Sustentam que se trata de produtos já acabados e prontos para o consumo, não justificando uma nova tributação na saída do estabelecimento comercial para os varejistas, já que ali não houve nenhuma industrialização.

### DUAS INCIDÊNCIAS

O relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, defendeu entendimento favorável aos importadores, de que cabe o recolhimento de IPI apenas no momento do desembaraço. Em seu voto, disse que a dupla tributação é uma agressão a tratados internacionais, como o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que preveem tratamento igual para produtos nacionais e importados, depois destes serem nacionalizados. Acompanharam seu voto os ministros Benedito Gonçalves e Regina Helena Costa.

Já o ministro Mauro Campbell Marques se manifestou pela alteração da posição que vinha sendo adotada pela Primeira Seção desde meados de 2014, nos julgamentos dos EREsp 1.411.749 e EREsp 1.398.721.

“O fato do nome do tributo ser imposto sobre produtos industrializados não significa que o seu fato gerador esteja necessariamente

atrelado a uma imediata operação de industrialização”, afirmou Campbell. O que importa é que tenha havido alguma industrialização, e não que ela ocorra imediatamente antes da operação que gera a incidência, ponderou.

O ministro explicou que, quando se fala em importação de produto, a primeira incidência está contida no artigo 46 do Código Tributário Nacional (CTN): o desembaraço aduaneiro. A respeito dessa incidência, não há disputa. A segunda incidência se dará no momento em que o importador promove a saída do produto de seu estabelecimento para revenda.

Campbell citou as normas que regem o IPI e demonstrou que os estabelecimentos que revendem produtos importados se equiparam, para fins de incidência do imposto, a estabelecimentos industriais.

O ministro concluiu que não se trata de bitributação (bis in idem), pois a lei elenca dois fatos geradores distintos: o desembaraço aduaneiro, proveniente da operação de compra do produto do exterior; e a saída do produto industrializado do estabelecimento importador equiparado a estabelecimento produtor.

Acompanharam o voto do ministro Campbell os ministros Herman Benjamin, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina e o desembargador convocado Olindo de Menezes.

Fonte: STJ EREsp 1403532

## REITERADOS DESCUMPRIMENTOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA LEVA EMPRESA A PAGAR R\$ 100 MIL DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO

Empresa é condenada a pagar 100 mil de indenização por dano moral coletivo, em razão de reiterados descumprimentos da legislação trabalhista.

Assim entendeu a Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao condenar empresa do Paraná a pagar R\$ 100 mil de indenização por dano moral coletivo por desrespeitar reiteradamente a legislação trabalhista ao manter sistema de controle paralelo de horários.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) havia negado provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) em pedido de condenação por danos morais coletivos da empresa em R\$ 300 mil. Segundo a ação civil pública, normas coletivas estavam

sendo desrespeitadas devido à manutenção de sistema de controle paralelo de horários. Mas o Regional entendeu que o procedimento da empresa poderia causar prejuízos na esfera patrimonial dos empregados, porém não implicou sentimento de indignação coletiva, apta a atrair a condenação por danos morais coletivos.

### DECISÃO

Ao examinar o recurso da empresa para o TST contra a decisão regional, o relator, ministro Cláudio Brandão, ressaltou que houve tentativa frustrada de se firmar um termo de ajuste de conduta. O juízo do primeiro grau, acrescentou, condenou a empresa em obrigação de fazer, sob pena de multa no valor de R\$ 500, por empregado prejudicado, a ser revertida ao FAT, "mas indeferiu a indenização por

dano moral coletivo, por não haver comprovação do alegado desrespeito aos empregados".

O relator ressaltou que a coletividade encontra-se representada pelo grupo de empregados da empresa, cujos direitos trabalhistas não estão sendo inteiramente assegurados, já que constatado o descumprimento pela empresa das normas previstas em Convenção Coletiva de Trabalho. "Manter sistema de controle paralelo de horários, em desrespeito à lei, a ensejar insegurança do trabalhador quanto à jornada a ser cumprida", concluiu.

A decisão foi unânime, e o valor foi fixado em R\$ 100 mil, a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Fonte: TST RR-82-54.2010.5.09.0018

## RECEITA FEDERAL DO BRASIL RECONHECE COMO DEDUTÍVEIS DO IR E CSLL AS BONIFICAÇÕES COMERCIAIS

Recentemente a Receita Federal do Brasil editou a Solução de Consulta nº 212/2015, na qual reconhece que as bonificações concedidas a clientes, visando ao incremento de vendas e, conseqüentemente, dos lucros, se reconhecidamente vinculadas às operações comerciais realizadas pelo consulente, enquadram-se no conceito de despesas operacionais dedutíveis para fins de apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Para que sejam dedutíveis, é imprescindível que as bonificações concedidas se submetam ao estabelecido no art. 299 do RIR/1999, bem como ao disposto nos itens 3, 4 e 5 do PN CST nº 32/81, devendo ser comprovadas por documentos idôneos, de maneira que se possa, com exatidão, conferir sua estrita pertinência e conexão com a atividade e com a manutenção de sua fonte produtora de receita. Por fim, a efetividade, magnitude e certeza

dos dispêndios incorridos com as referidas bonificações devem estar amparadas em operações comerciais efetivamente realizadas.

### ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ. DESPESAS OPERACIONAIS. BONIFICAÇÕES COMERCIAIS CONCEDIDAS. DEDUTIBILIDADE.

A concessão de bonificações em operações de natureza mercantil, com o fito de manter fidelidade comercial e ampliar mercado, visando aumento de vendas e possivelmente do lucro, é considerada despesa operacional dedutível, devendo, entretanto, as bonificações concedidas guardar estrita consonância com as operações mercantis que lhes originaram. Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 47; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda – RIR/1999), arts. 249, 299 e 366, inciso V; e Parecer Normativo CST nº 32, de 17 de agosto de 1981.

### ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL. BASE DE CÁLCULO. BONIFICAÇÕES COMERCIAIS CONCEDIDAS. DEDUTIBILIDADE.

É dedutível na determinação da base de cálculo da CSLL, a despesa com a concessão de bonificações em operações de natureza mercantil, com o fito de manter fidelidade comercial e ampliar mercado, visando aumento de vendas e possivelmente do lucro, visto que não há na legislação relativa a essa contribuição dispositivo que determine a sua adição ao lucro líquido para efeito de apuração de sua base de cálculo. Dispositivos Legais: Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, art. 2º; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 57; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 13; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 28; Instrução Normativa RFB nº 390, de 30 de janeiro de 2004, arts. 3º e 38.

Fonte: RFB